

**EDITAL Nº 004/2022**

**III PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o III PROCESSO SELETIVO UNIFICADO PARA ESTÁGIO DE GRADUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, resolve:

**Art. 1º** DIVULGAR o GABARITO DEFINITIVO das provas de GRADUAÇÃO EM DIREITO E ADMINISTRAÇÃO conforme ANEXO I do edital.

**Art. 2º** DIVULGAR o ESPELHO DE CORREÇÃO da questão dissertativa da PROVA DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, conforme ANEXO I do presente edital.

**Art. 3º** DIVULGAR os RECURSOS DEFERIDOS/INDEFERIDOS, conforme ANEXO II do presente edital.

**Art. 4º** DIVULGAR o RESULTADO FINAL PRELIMINAR, conforme listas anexas.

**Art. 5º** INFORMAR que os recursos em face da QUESTÃO DISSERTATIVA deverão ser interpostos eletronicamente, nos dias 31 e 01 de outubro de 2022, unicamente através do formulário acessível no endereço <https://forms.gle/jLBdexvN39YeWxRQ7>.

Parágrafo primeiro. Não serão aceitos recursos encaminhados por qualquer outra forma, devendo ser digitados e fundamentados em argumentação lógica e consistente.

Parágrafo segundo. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos.

**Art. 5º** O presente Edital será PUBLICADO no site da DPE/MA.

São Luís, 31 de outubro de 2022.

**CRISTIANE MARQUES MENDES**

Defensora Pública-Geral do Estado do Maranhão em Exercício



## ANEXO I

### GABARITO DEFINITIVO - PROVA GRADUAÇÃO DIREITO

*\*Os enunciados das perguntas e respostas podem ser exibidos de forma aleatória em cada caderno de provas, não necessariamente observando a ordem abaixo disposta.*

Alternativa correta identificada com um 'X'	Bruno buscou atendimento junto à Defensoria Pública com o intuito de conseguir tratamento médico para seu genitor, o qual se encontra gravemente enfermo e necessitando de medicamento com registro na Anvisa. Diante do custo elevado da medicação e impossibilitado de arcar com essa despesa, Bruno já havia se dirigido às unidades de saúde municipal, estadual e federal, não tendo sucesso no recebimento do remédio. Durante o atendimento, o(a) defensor(a) público(a) explicou que seria possível o ajuizamento de ação judicial requerendo o fornecimento imediato da medicação, indicando, ainda, que, de acordo com jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, os entes da federação, em decorrência da competência:
X	Concorrentes, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, não compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências, pois todos os entes devem arcar com os custos.
	Concorrentes, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e, diante dos critérios constitucionais de centralização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.
	Comum, são subsidiariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências, mas não lhe cabe determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.
	Comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Fernanda, menor com 10 (dez) anos de idade, foi vítima de violência sexual, encontrando-se grávida de 16 (dezesseis) semanas. Seus genitores procuraram a Defensoria Pública buscando orientação acerca da possibilidade de interrupção da gravidez. A respeito do tema, é correto afirmar que:
X	No exercício legal do direito de interrupção da gravidez por vítimas de violência sexual, a realização do procedimento por profissionais de saúde não exige comprovação do registro da ocorrência junto à Delegacia de Polícia.



	Na hipótese de relação sexual consensual entre menores de 14 (catorze) anos, afasta-se a configuração de crime ou de ato infracional análogo ao delito de estupro de vulnerável, impossibilitando, assim, a interrupção de uma possível gravidez daí resultante.
	O direito de interrupção da gravidez somente pode ser exercido até a 20ª (vigésima) semana de gestação.
	Para exercer o direito de interrupção da gravidez, as vítimas de violência sexual necessitam de autorização judicial.

Alternativa correta identificada com um 'X'	O Ministério Público ajuizou ação civil pública a fim de que fossem lotados(as) defensores(as) públicos(as) em determinada comarca para prestar atendimento à população hipossuficiente. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que tal modalidade de intervenção judicial é:
	Legítima, não se podendo alegar o princípio da reserva do possível em face do direito fundamental de prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que demonstrarem insuficiência de recursos.
	Legítima, aceitando-se, todavia, a invocação do princípio da reserva do possível quando demonstrada cabalmente a ausência de recursos públicos para a efetivação do comando judicial.
	Ilegítima, frente ao princípio da separação dos poderes.
X	Ilegítima, diante da autonomia administrativa e financeira da Defensoria Pública, não cabendo ao Poder Judiciário se imiscuir em questões internas da instituição.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A Defensoria Pública do Estado do Maranhão recebeu denúncias de que as unidades de saúde de São Luís estavam recusando atendimento a pacientes oriundos do interior. Diante disso, a instituição, após procedimento preparatório, ajuizou ação civil pública a fim de obter decisão judicial que determinasse ao referido município a retomada de atendimento a todos os usuários do SUS, a despeito de seu local de residência. Frente a esse cenário, é correto afirmar que:
	A Defensoria Pública não estaria legitimada a atuar no caso, uma vez que não seria possível a individualização e aferição da hipossuficiência financeira de todos os titulares dos direitos a serem tutelados.
	A ação civil pública poderia ser ajuizada pela Defensoria Pública, desde que em litisconsórcio ativo com o Ministério Público, em virtude de nem todos os beneficiários serem economicamente vulneráveis.
X	A Defensoria Pública é legitimada para a propositura da referida ação civil pública tendo em vista que o pleito tutela, em tese, direitos difusos de pessoas hipossuficientes em suas diversas vertentes.
	A ação civil pública poderia ser ajuizada apenas pelo Ministério Público, legitimado precípua de ações dessa natureza.

Alternativa correta	Uma pessoa transgênero e hipossuficiente procurou a Defensoria Pública para que lhe seja assegurada a alteração de seu prenome no registro civil. De
---------------------	--



identificada com um 'X'	acordo com a Constituição Federal e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, essa pessoa:
X	Pode ser representada pela Defensoria Pública, uma vez que as pessoas transgênero têm direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da sua manifestação de vontade, podendo-se exercer tal faculdade tanto pela via judicial como pela via administrativa.
	Pode ser representada pela Defensoria Pública, apesar de que a pretensão deve ser discutida obrigatoriamente pela via judicial.
	Não pode ser representada pela Defensoria Pública, uma vez que o pleito não encontra guarida no ordenamento jurídico brasileiro.
	Pode ser representada pela Defensoria Pública, devendo-se exaurir primeiramente a via administrativa antes de se buscar o Poder Judiciário.

Alternativa correta identificada com um 'X'	João e Maria são pessoas capazes e não idosas. Eles casaram em julho de 2018 sob o regime da comunhão parcial de bens. O casal se separou em dezembro de 2021. Maria não exercia atividade remunerada durante o período do casamento. Em 2019, João comprou um apartamento e em 2020, adquiriu um automóvel. Nesse caso, quanto aos bens adquiridos, é correto afirmar que:
	Maria não tem direito à meação dos bens adquiridos na constância sociedade conjugal, uma vez que não exercia atividade remunerada e não contribuiu financeiramente para a compra dos bens;
	Maria só tem direito à meação do apartamento, pois apenas os bens imóveis entram na meação;
X	Maria tem direito à meação do imóvel e do automóvel adquiridos na constância do casamento;
	Maria só tem direito à meação do automóvel;

Alternativa correta identificada com um 'X'	Assinale a alternativa incorreta:
	Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil;
	A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro;
X	São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos;
	A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil;

Alternativa	No que tange aos prazos prescricionais estabelecidos no Código Civil, marque
-------------	--



correta identificada com um 'X'	a opção correta:
	A prescrição ocorre em 20 (vinte) anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor;
	Prescreve em 02 (dois) anos pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato;
	Prescreve em 01 (um) ano a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos;
X	Prescreve em quatro anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.
	O Código de Defesa do Consumidor (CDC) exige a comprovação de confusão patrimonial ou desvio de finalidade para a desconsideração da personalidade jurídica, não sendo suficiente que a pessoa jurídica seja obstáculo ao ressarcimento dos consumidores.
	O Código Civil de 2002 adotou a teoria menor: basta o mero prejuízo à parte para que a desconsideração da personalidade jurídica seja deferida.
	A desconsideração inversa da pessoa jurídica não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro.
X	Segundo jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não se pode presumir o abuso da personalidade jurídica diante da mera insolvência ou o encerramento de modo irregular das atividades da pessoa jurídica para justificar a sua desconsideração.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Nonato ficou desempregado e deixou de pagar as prestações do financiamento de sua única casa. Na iminência de ter a sua residência leiloadada e sem outro local para morar com a família, Nonato procurou Raimundo e a ele vendeu o seu veículo por R\$ 5.000; o valor de mercado do veículo era R\$ 25.000 e Raimundo sabia da desesperada situação financeira de Nonato. Três anos depois, Nonato procurou a Defensoria Pública com o intuito de reaver o seu veículo. Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.
---	---



	Operou-se a decadência para discutir a venda do veículo: o prazo decadencial para anular o negócio jurídico em virtude de vício de consentimento é de dois anos.
X	O negócio jurídico realizado por Nonato e Raimundo é anulável pelo vício de consentimento da lesão.
	Trata-se de anulação de negócio jurídico por vício de consentimento, então, dessa forma, não é possível a revisão do contrato para que Raimundo pague pelo veículo o valor de mercado da época da realização do negócio.
	O negócio jurídico é anulável pelo dolo, já que Raimundo se aproveitou da situação desesperadora de Nonato.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça acerca do Tribunal do Júri, assinale a opção correta.
	É possível a anulação de apenas parte da decisão proferida pelo Conselho de Sentença durante julgamento pelo Tribunal do Júri, a exemplo dos casos em que se questiona somente o reconhecimento de determinada qualificadora, não sendo necessária a submissão do réu a novo julgamento.
	É vedada a leitura da decisão de pronúncia no plenário do Tribunal do Júri, acarretando-se a nulidade do julgamento em caso de descumprimento desta regra.
X	As nulidades decorrentes de vício de quesitação devem ser arguidas durante a sessão de julgamento e registradas na respectiva ata, sob pena de preclusão.
	O não oferecimento de alegações finais por advogado constituído em processo de competência do Tribunal do Júri impede a continuidade do feito, devendo os autos serem remetidos imediatamente à Defensoria Pública.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Erick foi condenado por furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, sendo reconhecida a conduta de subtração de bens avaliados em 300 reais de um pequeno comércio, por meio da abertura forçada de uma janela do estabelecimento, em abril de 2020. A certidão de antecedentes criminais do réu indica uma condenação transitada em julgado referente a uma receptação cometida em setembro de 2020. Os bens não foram recuperados. Sobre a dosimetria da pena, indique a alternativa correta:
	É lícito ao juiz elevar a pena-base em razão da perda patrimonial da vítima.
	Em razão do valor da res furtiva, é incabível a aplicação do furto privilegiado.
X	A qualificadora do rompimento de obstáculo demanda, em regra, prova pericial



	para a sua comprovação.
	Erick é tecnicamente primário, mas pode ter a sua pena elevada por maus antecedentes na primeira fase da dosimetria.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Bruno, membro de gangue, foi condenado pelo crime de roubo majorado por concurso de pessoas (três) e uso de arma branca (art. 157, §2º, II e VII, Código Penal). O réu tinha 20 anos à época do crime e confessou o delito. Sobre a dosimetria da pena, assinale a alternativa correta:
	Em razão da ampla discricionariedade conferida ao juiz na dosimetria da pena, na segunda fase é desnecessária a fundamentação para a fixação da fração redutora de cada atenuante em patamar inferior a 1/6.
	O comportamento da vítima, que não contribuiu para o crime, pode ser valorado em desfavor do réu na primeira fase da dosimetria.
	Segundo o entendimento jurisprudencial consolidado, a confissão deve ser pura e direta para funcionar como atenuante da pena.
X	Mesmo diante das circunstâncias desabonadoras do caso, na terceira fase da dosimetria é necessária fundamentação do juiz para a majoração da pena no patamar máximo em razão das majorantes.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a primeira fase do procedimento do tribunal do júri, ou sumário de culpa, assinale a alternativa correta:
	Após as alegações finais das partes, é impossível proferir sentença de absolvição sumária, em razão da competência constitucional do Conselho de Sentença para apreciação dos fatos em julgamento.
X	De acordo com a jurisprudência mais recente do Tribunais Superiores, a decisão de pronúncia não pode se fundar exclusivamente em elementos do inquérito policial não repetidos na instrução judicial.
	A decisão de impronúncia impede a reabertura da ação penal, mesmo em face de novas provas.
	A decisão de pronúncia deve adentrar em profundidade na discussão das provas do caso, em atenção à motivação das decisões judiciais.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Maria, proprietária de uma rede de cafés, foi vítima de agressões físicas perpetradas por seu ex-companheiro, tendo procurado a Defensoria Pública a fim de solicitar medidas protetivas de urgência. Nesse caso, o(a) defensor(a) público(a) deverá:
	Recusar atendimento em virtude de a vítima não se encaixar nas hipóteses de hipossuficiência econômica.





**DEFENSORIA PÚBLICA**  
do Estado do Maranhão

	Encaminhar Maria ao Ministério Público, tendo em vista este ser o titular de possível futura ação penal.
X	Prestar atendimento à vítima em razão de sua situação de vulnerabilidade, independentemente de sua condição financeira.
	Encaminhar Maria à Delegacia de Polícia para que registre a ocorrência, ficando à cargo do(a) delegado(a) de polícia a representação pela concessão de medidas protetivas.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:
	Trata-se de órgão com atribuição jurisdicional.
	É órgão do sistema interamericano de Direitos Humanos com atribuição consultiva, legislativa e jurisdicional.
X	Possui atribuição jurisdicional e consultiva.
	Compõe-se de onze juízes eleitos para mandato de 2 (dois) anos.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Não constitui medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha:
	Afastamento do lar.
	Suspensão da posse ou restrição do porte de arma.
X	Suspensão da CNH.
	Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a prioridade na tramitação de processos, gratuidade dos transportes coletivos urbanos urbanos e prioridade especial, são atingidos nas idades de:
	65 anos, 70 anos e 75 anos, respectivamente.
X	60 anos, 65 anos e 80 anos, respectivamente.
	65 anos, 65 anos e 80 anos, respectivamente.
	60 anos, 60 anos e 70 anos, respectivamente.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A criação de varas especializadas e exclusivas da pessoa idosa:
---	---



	É obrigatória nas capitais.
	Dar-se automaticamente nas comarcas que contarem com mais de 200.000 habitantes.
X	Constitui-se de faculdade do poder público;
	Deverão ser regulamentadas em 90 (noventa) dias naquelas comarcas em que residirem mais do que 100.000 idosos.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a autorização para viajar dentro do território nacional, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:
	É dispensada ao terceiro que se apresentar para embarque com a criança e portando carta de autorização assinada pelo comissário de menores.
	Não será exigível se a criança estiver acompanhada de pessoa maior informalmente autorizada por um dos pais.
	Não será exigível tratando-se de viagem dentro da mesma região metropolitana, na mesma unidade da federação ou tratando-se de região de fronteira.
X	Não será exigida se a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos estiver acompanhado de ascendente maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.



## ESPELHO DE CORREÇÃO DA QUESTÃO DISSERTATIVA GRADUAÇÃO - DIREITO

Enunciado da questão: O registro civil de nascimento (RCN), ato cartorial regulado pela Lei no. 6.015/1973, corresponde ao primeiro documento de uma pessoa, cuja existência passa a ser oficialmente reconhecida pelo Estado. Em virtude de sua grande relevância, o registro de nascimento é obrigatório no Brasil, nos termos do art. 50 da Lei no 6.015/73. Apesar da obrigatoriedade, o sub-registro de nascimento é elevado.

O IBGE considera sub-registro o conjunto de nascimentos não registrados até o primeiro trimestre do ano seguinte ao do nascimento. Em estudo publicado em 2021, utilizando dados do ano de 2019, o IBGE estimou que havia no Brasil um índice de 2,11% de sub-registro de nascimento. Este percentual é mais elevado na Região Nordeste (2,50%), sendo o Maranhão o estado com o maior índice de sub-registro civil de nascimento da região, com 4,82%.

Diante de tais informações, discorra sobre as consequências individuais e para a coletividade do sub-registro de nascimento e o procedimento de registro tardio de nascimento, abordando os atos normativos que tratam do tema e a atuação da Defensoria Pública.

Espelho de correção	Pontuação
Uso correto do vernáculo, concatenação de ideias, coesão e coerência na escrita	1,0 pt
Consequências individuais e para a coletividade do sub-registro de nascimento A ausência do registro civil de nascimento priva o indivíduo da obtenção de documentos essenciais para o devido acesso a direitos fundamentais e sociais, como educação, saúde, benefícios assistenciais, entre outras políticas públicas. O registro civil de nascimento é, portanto, essencial para o efetivo exercício da cidadania. Ademais, o registro civil de nascimento traz elementos importantes de identidade da pessoa, como o nome, a filiação, o local de nascimento e a nacionalidade. Ressalte-se que o nome faz parte da personalidade, sendo essencial para uma vida com dignidade. Além da importância individual, por viabilizar a concretização de direitos fundamentais da pessoa, o registro civil de nascimento também possui grande relevância social, uma vez que é essencial para orientar o poder público na implementação de políticas públicas, considerando que dele se pode extrair o número de brasileiros, a idade de cada um, onde se concentram, quantos filhos cada pessoa possui, entre outros dados. É com base nessas informações que o poder público toma decisões em relação a saúde, educação, saneamento básico e planejamento familiar, por exemplo.	0,5 pt



<p>Registro tardio de nascimento</p> <p>Provimento nº 28, CNJ - Dispõe sobre o registro tardio de nascimento por oficial de registro civil das pessoas naturais, nas hipóteses que disciplina</p> <p>Provimento nº 28, CGJMA - Regulamenta o procedimento para o registro tardio de nascimento nas serventias extrajudiciais do Estado do Maranhão.</p> <p>Decreto nº 10.063, de 14 de outubro de 2019 - Dispõe sobre o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, o Comitê Gestor Nacional do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação da Documentação Básica e a Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e a Documentação Básica.</p>	0,5 pt
<p>Atuação da Defensoria Pública</p> <p>A Defensoria Pública, considerando sua missão institucional de promoção dos direitos fundamentais e na qualidade de instituição ligada à Justiça que possui maior proximidade com a população hipossuficiente, tanto econômica, quanto social, educacional e de informação, atua diretamente na garantia do direito. A Defensoria Pública do Maranhão, através de seu Plano Institucional de Erradicação do Sub-registro de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica, assumiu o compromisso de encabeçar essa luta, podendo-se mencionar, entre as estratégias adotadas, a busca ativa, a educação em direitos e o controle de políticas públicas.</p>	0,5 pt



## GABARITO DEFINITIVO - GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO

*\*Os enunciados das perguntas e respostas podem ser exibidos de forma aleatória em cada caderno de provas, não necessariamente observando a ordem abaixo disposta.*

Alternativa correta identificada com um 'X'	Duas coisas bem distintas, uma é a cultura, outra é o clima. Por mais que muitas pessoas visualizem esses dois conceitos como sinônimos, existem diferenças e semelhanças marcantes entre eles. Ambos são importantes fatores para o sucesso de qualquer organização, especialmente quando colocamos o foco na área de RH. Um dos aspectos comumente apontados como diferenciação entre os conceitos de clima e cultura organizacional consiste em que:
	Cultura é mais profunda, representando os pressupostos básicos do clima organizacional.
	Clima possui natureza descritiva, representando o ser, e cultura prescritiva, representando o dever-ser.
	Cultura possui apenas elementos intrínsecos, e clima aspectos extrínsecos, denominados artefatos observáveis.
X	Clima possui natureza avaliativa, podendo ser classificado como favorável ou não, enquanto a cultura é descritiva, objeto de constatação.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A unidade organizacional da DPE-MA encarregada da gestão da qualidade identificou no processo de atendimento um gargalo que vinha aumentando demasiadamente o tempo de espera dos assistidos e resolveu utilizar como ferramenta o Diagrama da Causa e Efeito (Diagrama de Ishikawa) que é adequado para:
	Analisar processos cujas causas são suficientemente conhecidas.
	Documentar os passos necessários para a execução de um processo qualquer.
X	Analisar os problemas complexos que parecem ter muitas causas inter-relacionadas.
	Ordenar as frequências das ocorrências dos problemas, da maior para a menor, permitindo a priorização dos problemas.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A gestão Lean se tornou uma ferramenta de gestão universal. Sobre a metodologia Lean, é correto afirmar:
<b>QUESTÃO ANULADA</b>	



	Propõe que líderes juntem-se às equipes onde e quando ocorrer um erro no desenvolvimento de um trabalho e que as conduza rumo à solução.
	Entrega valor do ponto de vista do seu consumidor e atua para eliminar desperdícios (coisas que não agregam valor ao produto final) com foco na melhoria contínua.
	Aborda a gestão de qualidade empresarial, e foca no aperfeiçoamento de aspectos como a organização, limpeza e padronização do ambiente e processos
	Foi aprimorada na década de 50 pelo consultor de gestão Dr. William Edwards Deming. Inicialmente visava identificar por que alguns produtos de um determinado processo não ficavam de acordo com o esperado.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sistemas de gestão da qualidade desempenham papel fundamental para otimização de resultados nas diversas atividades produtivas. Os sistemas de gestão da qualidade utilizam-se do:
	PDCA, que é um método iterativo de 3 passos: planejar, executar e verificar.
	DMADV ou DFSS, que é um método que possui 5 fases, tendo como alvo melhorar processos de negócios já existentes.
	Diagrama de Pareto, que é um gráfico de linha que permite observar o tipo de ocorrência ou problema, mas não sua importância para o sistema.
X	KAIZEN, que é uma filosofia que trata da melhoria contínua dos processos, podendo abranger da engenharia à área de saúde e bancos.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Clara foi selecionada para a vaga de estágio na área de Planejamento e Orçamento da Defensoria Pública do Maranhão. Na semana de ambientação o gestor da área fez uma explanação sobre os principais processos administrativos. Na sua fala o gestor destacou como sendo "algumas das principais finalidades do planejamento":
	A gerência de conflitos internos; o reconhecimento do esforço dos trabalhadores e estabelecimento de recompensas; o processo de comunicação interna.
X	A definição de objetivos para a empresa; o desenvolvimento de premissas sobre condições futuras; a identificação de meios adequados para alcance dos objetivos.
	A garantia de qualidade dos processos na empresa; a institucionalização de padrões de comportamento no trabalho; a adequada gestão dos recursos físicos, econômicos e humanos da empresa.
	O monitoramento e a mensuração do desempenho dos empregados; a adoção de medidas corretivas para assegurar o alcance de objetivos desejados.

Alternativa correta identificada	O Administrador na DPE-MA precisa desempenhar determinadas tarefas específicas que podem ser caracterizadas, dentre outros aspectos, pela separação dos poderes. Qual é o princípio de administração proposto por Fayol
----------------------------------	---



com um 'X'	que descreve essa atuação do Administrador da DPE-MA?
	Ordem
	Centralização
	Unidade de comando
X	Divisão do Trabalho

Alternativa correta identificada com um 'X'	Sobre a departamentalização e divisão do trabalho, julgue os itens a seguir assinalando a alternativa correta:
	Podemos conceituar departamentalização como adequada descentralização das atividades, delegando atribuições e maior autonomia aos colaboradores de cada posto de trabalho da organização.
	O modelo de departamentalização por produto se vale das características das tarefas realizadas nos setores para então definir as partes componentes da estrutura organizacional.
	A departamentalização geográfica (territorial) reúne funções comuns ou atividades semelhantes para formar uma unidade organizacional e apresenta a vantagem de ser adaptável a uma clientela em particular.
X	A adoção de uma estrutura matricial pressupõe violar o clássico princípio da unidade de comando.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Beatriz é analista de planejamento e orçamento e diariamente verifica do Diário Oficial do Maranhão, as publicações relativas ao orçamento da Defensoria Pública do Maranhão. Numa dessas checagens ela observa que um dado instrumento de planejamento apresenta o seguinte trecho: "Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria." A autorização referida no trecho deve ser disposta no(a):
X	Lei Orçamentária Anual
	Lei de créditos adicionais
	Plano Plurianual
	Lei de Diretrizes Orçamentárias

Alternativa correta identificada com um 'X'	De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual deve compreender o orçamento fiscal, o qual conterà receitas e despesas referentes a todas as entidades da administração direta e indireta; o orçamento de investimento das empresas estatais; e o orçamento da seguridade social. Esse
---	--





DEFENSORIA PÚBLICA  
do Estado do Maranhão

	mandamento constitucional relaciona-se aos princípios orçamentários da:
X	Universalidade e da unidade.
	Uniformidade e da unidade.
	Universalidade e da especificação.
	Unidade e da especificação.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A respeito dos princípios orçamentários, assinale a opção CORRETA:
	O PPA segue o princípio da periodicidade e seu orçamento é definido bianualmente.
	Dado o princípio da exclusividade, cada ente da Federação deverá ter o seu próprio orçamento.
X	O princípio da unidade visa evitar múltiplos orçamentos dentro da mesma pessoa política.
	Dado o princípio da totalidade, o orçamento de cada estado deverá conter todas as receitas e despesas de seus órgãos mantidos pelo poder público.

Alternativa correta identificada com um 'X'	A Divisão de Materiais da DPE-MA tem como prática de gestão uma das metodologias consagradas para administração de materiais e gestão de estoques, a denominada Curva ABC, que:
	Se baseia na perecibilidade dos itens de estoque, propondo que a gestão deve ser mais efetiva conforme o maior risco de perda de validade.
X	Também conhecida como análise de Pareto, segundo a qual 80% dos problemas de estoque são causados por 20% dos fatores.
	Fundada na importância econômica dos itens de estoque, de acordo com a equação Kanban, que propõe a concentração em 30% dos itens.
	Busca o denominado estoque zero, com base no conceito just in time, segundo o qual os itens devem ser adquiridos conforme a demanda efetiva.

Alternativa correta identificada com um 'X'	No setor público, as opções de compra, sempre que possível, devem ser compatíveis em termos de especificações técnicas e de desempenho, assim como em termos de condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas. Essa exigência caracteriza o denominado princípio da:
---	--



X	Padronização.
	Equivalência.
	Similaridade.
	Comparabilidade.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Foi solicitado a dois estagiários que, usando uma verba de pronto pagamento, adquirissem 100 envelopes, tamanho Ofício 2, para colocar os certificados de participantes de um Seminário que ocorreria à noite no DPE-MA. O estagiário João foi até a papelaria mais próxima e adquiriu os envelopes pelo dobro do preço de mercado, voltando com a missão cumprida em uma hora. O estagiário Pedro, no mesmo tempo, ligou para vários estabelecimentos, pesquisou preços e, por fim, comprou envelopes A4 que, por serem menores, eram bem mais em conta que os solicitados. Considerando os conceitos de Eficiência e Eficácia, para a Ciência da Administração, é correto afirmar que:
X	João foi eficaz, pois a eficácia diz respeito ao alcance de resultados.
	Pedro foi eficaz, pois eficácia diz respeito à relação custo-benefício.
	Pedro foi mais eficaz que João, pois importam mais os meios do que o resultado.
	João foi mais eficiente que Pedro, pois não importam os meios e sim o resultado.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Um gestor de unidade de engenharia da DPE-MA declarou que sua principal preocupação é que “As unidades sustentáveis de atendimento (ECONÚCLEOS) programadas para 2023 sejam implantadas dentro do cronograma estabelecido e que os objetivos sejam atingidos – não importa quanto esforço a equipe tenha que fazer”. A principal preocupação do gestor é com a:
	Produtividade.
X	Eficácia.
	Eficiência
	Estratégia.

Alternativa correta identificada com um 'X'	O Defensor Público Geral em reunião com todos os gestores definiu como prioridade no biênio a adoção de um modelo de gestão orientado para resultados. Ainda que existam várias metodologias para a aplicação da gestão orientada para resultados, há entre elas alguns passos em comum para que
---	--



	sua implementação tenha êxito. As opções a seguir apresentam alguns desses passos, à EXCEÇÃO de uma. Assinale-a.
	O gestor deve ter uma visão clara dos objetivos a serem alcançados e do planejamento estratégico a ser seguido pelo setor sob sua responsabilidade.
	O gestor e seus colaboradores devem se reunir para estabelecer os objetivos de cada um, determinando prazo para a apresentação dos resultados..
X	O gestor deve criar um clima competitivo dentro da equipe, porque os colaboradores serão recompensados por atingirem os resultados.
	O gestor deve monitorar o processo, marcando reuniões antes de o prazo estabelecido terminar, para saber se os objetivos efetivamente serão alcançados

Alternativa correta identificada com um 'X'	Assinale a assertiva que melhor define o objetivo da nova gestão pública.
	Assegurar a impessoalidade e a racionalidade técnica na gestão pública por meio da burocratização dos processos.
X	Fomentar a eficiência da administração por meio da redução de custos e da melhora na qualidade dos serviços.
	Promover o poder racional-legal como estratégia de combate à corrupção e ao nepotismo.
	Garantir o acesso à propriedade privada para o gestor e os seus servidores.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Quando uma pessoa ocupa um cargo público, assume efetivamente um conjunto de atribuições e responsabilidades, previstas em uma estrutura organizacional, o qual deve ser exercido de acordo com padrões éticos. Em suas atividades, o servidor público não apenas deve agir internamente com retidão, mas também demonstrá-la para a sociedade. Essa busca de convergência entre a natureza da ação e a aparência da ação é denominada:
	Decoro
	Impessoalidade
X	Probidade
	Imparcialidade.



Alternativa correta identificada com um 'X'	Em um órgão público, o método de avaliação é focado nos comportamentos associados a desempenhos extremamente positivos ou negativos. Esse método de avaliação, bastante tradicional, é conhecido como:
X	Incidentes críticos.
	Ordenação simples.
	Distribuição forçada.
	Comparação por pares.

Alternativa correta identificada com um 'X'	Suzana, responsável pela área de recursos humanos de determinada entidade da Administração Pública, foi encarregada de efetuar avaliação de desempenho dos servidores da referida organização, para fins de atribuição de bonificação por resultados, utilizando, para tanto, indicadores estabelecidos previamente no ato normativo que instituiu a referida parcela remuneratória. Ocorre que, pela falta de experiência e atenção de Suzana, o resultado das avaliações apresentou diversos vícios. Entre os vícios identificados, encontra-se o efeito halo, que se apresenta na seguinte situação:
	Por não ter atentado para o histórico de atuação dos funcionários, Suzana limitou-se a considerar, para fins de avaliação, apenas os eventos mais recentes, não obstante o período avaliatório corresponder ao último biênio.
	Tendo em vista que Suzana não pretendia se indispor com os integrantes de sua equipe, esquivou-se de atribuir resultado insatisfatório mesmo para aqueles em que, a rigor, a aplicação correta dos critérios estabelecidos determinariam tal atribuição.
X	Considerando que determinados avaliados apresentavam avaliação bastante negativa no quesito assiduidade, Suzana acabou aplicando o mesmo resultado "Péssimo" para os demais aspectos avaliados, generalizando o resultado negativo.
	Tendo considerado a avaliação de pouca relevância ou utilidade prática para a melhoria do serviço, Suzana limitou-se a atribuir a pontuação média para todos os avaliados, sem qualquer crivo individualizado

Alternativa correta identificada com um 'X'	Marisa é coordenadora da unidade responsável pela elaboração e implementação de normas técnicas da Defensoria Pública do Maranhão. Apesar de gerenciar apenas uma unidade, ela tem uma visão holística da organização. Ela enxerga a sua unidade como um dos muitos elementos da organização, e esta, como integrante de arquiteturas maiores, como o sistema de justiça. Marisa reconhece a interdependência das partes e defende que a realidade,
---	---





**DEFENSORIA PÚBLICA**  
do Estado do Maranhão

	devido à sua complexidade, deve ser vista de forma integrada. Conclui-se que Marisa enxerga a organização de uma forma:
	Global.
	Contingente.
	Funcional.
X	Sistêmica.



## ANEXO II

INSCRIÇÃO	NOME COMPLETO	JULGAMENTO DOS RECURSOS
27109	Kaylanne Cristine Correa Pereira	Deferido. Questão anulada

